

Prefeitura de SP escapa de problemas

Orçamento será de R\$ 5,9 bilhões, o maior que um prefeito brasileiro já teve, de acordo com secretário

LUIZ FERNANDO RILA

Operação de R\$ 5,9 bilhões está em andamento no 25º andar do Edifício Andraus, aquele mesmo destruído por um incêndio em 1972. É lá que funciona a Secretaria das Finanças da Prefeitura de São Paulo, pasta comandada por Celso Pitta, empenhado nas últimas semanas em definir os detalhes do Orçamento do Município para o ano que vem. Comparado aos ocupantes de cargos semelhantes em governos estaduais, Pitta é um feliz. A cifra bilionária corresponde ao total de dinheiro com que a Prefeitura contará em 1996. Descontadas as despesas obrigatórias, como o pagamento dos salários dos funcionários municipais, dará com folga para a conclusão das obras viárias iniciadas para marcar a gestão de Paulo Maluf — além de, calcula o secretário, ser suficiente para a execução de projetos sociais capazes de dificultar as críticas dos adversários.

Trata-se do maior volume de recursos que um prefeito de São Paulo, e de qualquer outro município brasileiro, já teve na mão. Pode parecer pequeno se comparado aos quase R\$ 31 bilhões do Orçamento divulgado pelo governador

Mário Covas. É mais, no entanto, do que haverá nos cofres de todos os outros Estados, mesmo os de economia forte, como Minas, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

A montanha de receitas à disposição de Covas perde a imponência quando comparada ao tamanho dos compromissos financeiros do Estado. "Nossa situação é muito mais tranqüila", afirma Pitta, sempre disposto a apagar as suspeitas de que a Prefeitura está se endividando em velocidade de Palácio dos Bandeirantes.

Os dados arquivados no computador que Pitta mantém em seu gabinete e no notebook que carrega para todos os lados indicam que a administração municipal tem contas a pagar no valor de R\$ 3,4 bilhões, a maior parte delas para ser quitada em prazo longo e ritmo confortável. O governo estadual deve mais de R\$ 50 bilhões, em promissórias que se acumulam em cronograma sufocante. "Vamos deixar a casa arrumada", garante o secretário, segundo quem o calendário de pagamentos à espera do próximo prefeito será mais macio do que o deixado pela petista Luiza Erundina.

Maluf e Pitta sabem que as mais de mil páginas do Orçamento da Prefeitura, divididas em seis volumes, contêm a radiografia de uma poderosa arma eleitoral. O prefeito, sempre candidato, disputará o governo paulista ou a Presidência em 1998. O secretário, que jamais enfrentou uma eleição, sonha com

o aval malufista para entrar na disputa do ano que vem como candidato do recém-criado PPB ao comando da Capital.

Na manhã da terça-feira, esses dois interesses se encontraram. Pitta abdicou de um hábito diário — a corrida de 10 quilômetros pelo Parque do Ibirapuera — para estar na casa de Maluf às 7 horas. Tais reuniões são semanais, sempre às terças-feiras, mas têm começado cada vez mais cedo, à medida que se aproxima o fim de setembro, prazo para que o Orçamento seja oficialmente enviado aos vereadores. Na próxima terça, os números serão fechados e o encontro vai durar pelo menos quatro horas. Antes do fim da semana, as cifras deverão ser divulgadas com certa solenidade.

A folha de salários dos 155 mil servidores do município vai consumir R\$ 1,7 bilhão, 32,5% acima do nível de 1993, quando Maluf assumiu. As secretarias da área social ficarão com R\$ 2,2 bilhões, o que representa crescimento, em termos reais, de 50% em relação a 1992, último ano da gestão Erundina.

Não se pode esquecer que Maluf e Pitta foram beneficiados pela Constituição promulgada em 88, que favoreceu as prefeituras na divisão do bolo tributário. Ainda as-

sim, é justo lembrar que a arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) cresceu, sem que os moradores da cidade tenham sentido grandes traumas. Com apoio dos vereadores, que infernizaram a administração petista, a gestão atual pôde promover, a partir de 93, a reavaliação paulatina do valor dos imóveis, o que permitiu recolher mais dinheiro mantendo os percentuais de cobrança, as chamadas alíquotas.

Outro avanço ocorreu em relação ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Tem crescido em relação ao resto do Estado a participação do Município de São Paulo na arrecadação do tributo. Neste ano, por exemplo, o índice paulistano deverá ficar em 27,1% do total estadual.

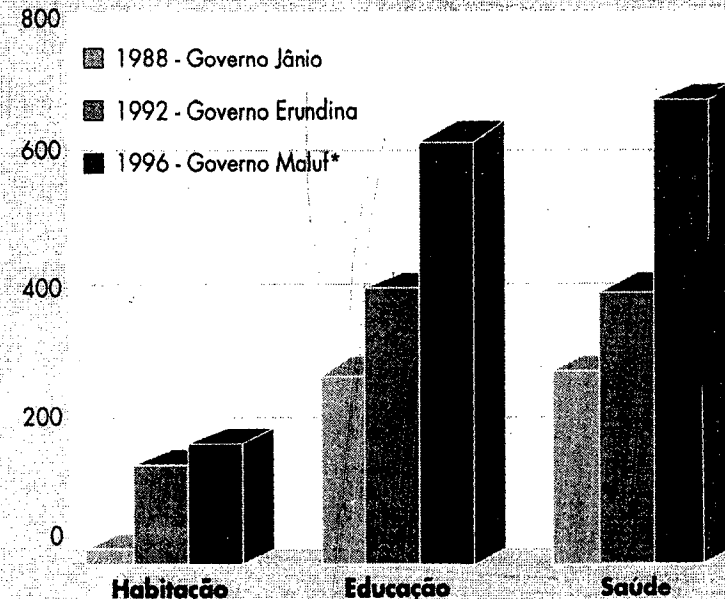
No ano que vem, em 29,2%. Como compensação, a cidade receberá mais recursos produzidos pelo imposto.

Caso consiga a indicação de Maluf para disputar a eleição, Pitta terá pela frente um desafio do qual parecia distante há pouco tempo. Carioca de 48 anos, negro, filho de pais de classe média, trabalhou no Ministério do Planejamento no tempo de Roberto Campos. Estudou economia na Universidade de Leeds, na Inglaterra, e administração em Harvard, nos

PITTA: "NOSSA SITUAÇÃO É MUITO MAIS TRANQUILA"

GASTOS EM ALTA

Evolução das despesas em três áreas estratégicas (em milhões de reais)



*Previsão
Fonte: Secretaria Municipal das Finanças

Estados Unidos. Seu último emprego fora da máquina pública foi o de diretor financeiro da Euratex, indústria da família Maluf.

Pitta é pouquíssimo conhecido dos eleitores, como atestam as pesquisas de intenção de voto, nas quais não passa da marca de 1%. Dominada por tabelas de cálculo e percentuais, a experiência administrativa da qual o secretário pode tirar material para uma eventual campanha à Prefeitura é árida para o cidadão comum. "Ninguém se interessa muito por isso", admite. "O trabalho não aparece."

Mesmo assim, o secretário parece beneficiado pela escassez de opções. Caso descarte Pitta, Maluf

estará condenado a escolher entre velhos figurões do malufismo, como o secretário de Vias Públicas, Reynaldo de Barros, e convertidos de última hora, como o secretário da Saúde, Getúlio Hanashiro, extucano cuja imagem ainda parece mais vinculada à de Covas.

Fora do PPB, os nomes com poder de atrair o interesse de Maluf estão cercados por obstáculos. O ex-prefeito de Osasco Francisco Rossi é candidato certo, mas pelo PDT de Leonel Brizola. O senador Romeu Tuma, eleito pelo PL com apoio do então governador Luiz Antonio Fleury Filho (PMDB) e hoje sem partido, é candidato incerto e está na ante-sala do PFL.